

**Secção/Área temática  
Globalização, Política e Cidadania****Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia****Grault, Thiago; Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (ICS);  
4710-057; Braga; Portugal; tgraaultoliveira@gmail.com**

Palavras-chave: Desindustrialização, Sociologia do Desenvolvimento, Doença Holandesa, Portugal

**Resumo / Resumen / Abstract / Résumé**

A doença holandesa foi um fenómeno ocorrido na década de 1960 nos Países Baixos. A comercialização de uma nova commodity aumentou substancialmente a receita de exportação e a disponibilidade de moeda estrangeira, apreciando a moeda nacional. Consequentemente, os demais produtos nacionais perderem competitividade no mercado internacional, prejudicando sobremaneira a indústria nacional. Este trabalho analisa o caso português a partir de alguns sintomas similares ao holandês, como o processo de desindustrialização. Sem intenção de esgotar a discussão teórico-política, argumenta-se que, no contexto português, a concentração da economia no setor de serviços e a precarização do trabalho não são inevitáveis. São efetivamente sintomas de uma racionalidade neoliberal que persegue a otimização na alocação de recursos económicos em segmentos considerados, sob a sua ótica, mais eficientes. Assim, tal panorama - que traz diversas consequências nocivas para a realidade social do país - advém essencialmente de escolhas político-ideológicas, e não de um destino inescapável.

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é iniciar um debate sobre as condições particulares de desenvolvimento português no contexto da União Europeia e da moeda única. Apesar de suas características de periferia, Portugal possui um certo grau de desenvolvimento que o distancia, por exemplo, de outros Estados periféricos como aqueles do continente Africano (Ribeiro, 2017). Na categorização criada por Cardoso e Faletto (1969), Portugal pode ser incluído nos Estados periféricos desenvolvidos. Tal categoria o aproxima da realidade material de Estados sul-americanos, como Brasil, Argentina e Chile, e de outros Estados periféricos europeus, como Grécia, Turquia, Roménia e Bulgária, enquanto o distancia dos países centrais, como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

Todavia, dada a conjuntura europeia, as condições de desenvolvimento portuguesas são diferentes das observadas pelas teorias nacional-desenvolvimentistas e da dependência latino-americanas. Isto não significa dizer que tais teorias são disfuncionais para pensar as respostas para desenvolvimento em Portugal, mas que uma nova corrente desta teoria seria uma ferramenta indispensável na construção analítica do desenvolvimento português e do sul europeu. Nesse sentido, é importante manter no horizonte a necessidade de se pensar o desenvolvimento do sul europeu a partir das quatro condições objetivas destes Estados: (i) condições de inserção no mercado global; (ii) condições de inserção no microcosmo do mercado comum europeu; (iii) os impactos na moeda única e (iv) as condições sociais, políticas e económicas internas, em cada caso.

Diante desse quadro, o que se propõe é iniciar um debate usando como pano de fundo alguns dos sintomas em comum entre o caso português e a doença holandesa. No longo prazo, espera-se que este estudo dê frutos no processo de construção de uma teoria da dependência que reflita as razões e os caminhos para a superação do quadro periférico português.

Parte-se do conceito económico que ficou conhecido como doença holandesa, que pode ser simplificado como uma doença da moeda. De forma resumida, sua causa é a descoberta de um recurso natural que anteriormente não existia em abundância na organização produtiva de determinado país. Tal fator provoca a injeção de dólares na economia interna, causando uma supervalorização da moeda nacional, o que reduz a competitividade no mercado internacional de diversos segmentos económicos, com

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

destaque para a indústria, e leva, em última instância, a uma reprimarização da economia.

Posteriormente, amparado pelas perspectivas da teoria da dependência e da teoria desenvolvimentista, bem como por dados de séries históricas do saldo da balança comercial portuguesa e balança de pagamento, busca-se neste trabalho provocar um debate sobre a necessidade de se formular um arcabouço teórico que responda às particularidades da realidade portuguesa dentro do contexto da moeda única e do mercado comum.

Segue-se a apresentação de uma curta história do processo de desenvolvimento português, algo imprescindível para compreender as particularidades nacionais e as condições objetivas do processo de desenvolvimento até aqui. O objetivo é colocar em evidência o caráter de desenvolvimento dependente e associado de Portugal, ou seja, expor sua relação de assimetria ante os países centrais.

O trabalho conclui com a articulação teórica. As ideias das teorias da dependência e do desenvolvimento são confrontadas com teorias e dados objetivos que expliquem a condição portuguesa dentro do contexto europeu.

### **1. A doença holandesa e os impactos da moeda sobrevalorizada**

Na década de 1960, os Países Baixos passaram por um período de desindustrialização resultante da descoberta de um recurso previamente escasso no contexto produtivo: o gás natural.

A venda desta *commodity* no mercado internacional levou ao aumento substancial da receita de exportação. Em consequência, ocorreu o aumento da disponibilidade de moeda estrangeira e a moeda corrente, o Florim, sofreu valorização (Bresser-Pereira e Marconi, 2010; Feijó e Oreiro, 2010).

O desmembramento desta apreciação cambial foi o prejuízo à exportação dos demais produtos neerlandeses, cujos preços se tornaram menos competitivos no mercado internacional (Feijó e Oreiro, 2010). Diante dessa realidade, em um efeito cascata, a lógica de mercado foi a redução de investimentos na indústria e o crescimento do peso do setor de serviços na composição do PIB nacional, juntamente a uma maior precarização do trabalho (Oomes e Kalcheva 2007). A todo este contexto convencionou-se chamar de ‘doença holandesa’.

É importante salientar, como explicam Bresser-Pereira e Marconi (2010), que nem toda forma de desindustrialização é nefasta. A forma positiva seria a desindustrialização acompanhada pelo aumento da participação na economia de produtos com maior conteúdo tecnológico, por se tratar de indústria com menos espaço para a precarização e salários mais altos. Por outro lado, a desindustrialização negativa caracteriza-se por uma re-primarização da economia.

Apesar de apresentar semelhanças com a doença holandesa, a doença portuguesa não é fruto de descoberta de recursos naturais que desencadearam um processo de valorização monetária dentro do território nacional. Sua origem jaz numa dinâmica de dependência e exploração do trabalho que parte de uma dinâmica global e, principalmente, do contexto da experiência singular do mercado comum europeu, cujo impacto ainda não compreendemos totalmente.

Ao aderir à moeda única, Portugal passou de uma moeda mais desvalorizada no contexto internacional para uma com alta valorização. Esta ‘eurificação’<sup>1</sup> da economia portuguesa gerou impactos internos no ritmo de crescimento, com resultados negativos no PIB nos primeiros doze anos da moeda única, e com um desenvolvimento aquém do que se projetava na década de 1980 (Aguar-Conraria et al., 2012: 314).

Há na década de 1980 uma virada definitiva na condução das políticas de desenvolvimento portuguesas. Neste período marcado por uma crise da balança de pagamentos, observamos três movimentos interligados: (i) as intervenções do Fundo Monetário Internacional – FMI entre 1982 e 1984 que ofereciam ajuda financeira em troca de ajustes estruturais de cunho neoliberais; (ii) significativas alterações constitucionais em artigos consideradas pouco aprazíveis à ideologia neoliberal; (iii) adesão à Comunidade Económica Europeia – CEE em 1986, que atrela a estratégia de desenvolvimento nacional a uma ligação estreita com os Estados centrais europeus (Ribeiro, 2017: 182). Em outras palavras, torna-se hegemónica no imaginário político, com amparo na ideologia neoliberal, a ideia de que o desenvolvimento seria possível através da aproximação ao centro.

Podemos definir o neoliberalismo demarcando sete características fundamentais (Grault, 2023: 10): (i) o antagonismo ao modelo desenvolvimentista anterior; (ii) a reorientação do papel do Estado; (iii) a precarização do trabalho; (iv) o punitivismo; (v) a idealização da competição institucional e individual como motor do desenvolvimento; (vi) a visão da concentração de riqueza como algo desejado e como reflexo positivo, um indício da eficiência do sistema; (vii) utilitarismo na gestão social e ambiental. Vale

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

ressaltar que o neoliberalismo é um dos fatores da condição socioeconómica portuguesa atual, mas não desempenha nenhum papel no processo da doença holandesa.

Diferentemente da doença holandesa, o quadro socioeconómico da desindustrialização portuguesa não é fruto de um acontecimento pontual no processo de desenvolvimento, mas sim de um processo histórico longo de relação de dependência com as potências centrais europeias. Tal quadro apresenta particularidades interessantes devido ao contexto da União Europeia e da moeda única. Entretanto, algumas similaridades também se sobressaem, especialmente no setor industrial da economia. Assim como na doença holandesa, a ‘doença portuguesa’ também vê sua indústria fragilizada pela apreciação da moeda no contexto competitivo do mercado global.

No caso português, a impossibilidade de política monetária também é um problema para a proteção do segmento industrial pelo contexto de competitividade do mercado comum europeu e de larga vantagem comparativa da indústria dos países centrais frente à indústria nacional.

O conjunto de uma moeda valorizada, a nível do mercado global, e a impossibilidade de se estabelecer qualquer barreira protetiva que reduza vantagem comparativa da indústria dos países centrais frente à nacional torna inevitável o estabelecimento de um quadro de desindustrialização e “re-primarização” da economia (Ribeiro, 2017), assim como acontece na doença holandesa. É certo que não se trata de abundância de recursos naturais, mas sim do triunfo de um setor turístico e de serviços extremamente eficiente economicamente e dependente de mão-de-obra pouco qualificada, com sazonalidade de necessidade, e que possibilita maior precariedade e, conseqüentemente, salários mais baixos (Guerreiro, 2000; Soares, 2005; Lamelas, 2019).

## **2. Capitalismo dependente europeu e os Estados assistidos: a condição macro do desenvolvimento**

Podemos recorrer ao legado da teoria da dependência para compreender os processos sociais, históricos e económicos que ocorrem na relação entre Portugal e a União Europeia.

A teoria da dependência é uma construção de base histórico-sociológica que objetiva explicar as condições de existência e funcionamento económico e político de um

sistema forjado numa relação dependente entre centro e periferia<sup>2</sup> (Prebisch, 1950), como também pelas condições internas dos Estados-nação (Cardoso e Faletto, 1969).

Esta construção teórica oferece uma classificação tipológica dos Estados-nacionais, qual seja: autônomos desenvolvidos (centro); autônomos subdesenvolvidos (não-periféricos); dependentes desenvolvidos (periféricos) e dependentes subdesenvolvidos (periféricos). Neste quadro, Portugal e Brasil classificam-se como Estados-nação dependentes desenvolvidos, pois não são plenamente industrializados, embora possuam grau de complexidade económica que permita relativo desenvolvimento frente aos Estados dependentes subdesenvolvidos. No entanto, não controlam as principais atividades produtivas da economia global, mantendo-se como periféricos (Cardoso e Faletto, 1969). Ao mesmo tempo, a teoria da dependência também permite compreender a posição de Portugal no quadro regional, ou seja, perante a União Europeia, e as dinâmicas que aqui se apresentam.

A classificação por meio do tipo ideal de Cardoso e Faletto (1969) vai de encontro com a perceção teórica de B. S. Santos (1994: 53ss), que define Portugal como: (i) uma sociedade de desenvolvimento intermédio; (ii) uma nítida descoincidência entre o discurso e a realidade concreta, que proporciona a imaginação da integração europeia como via ao desenvolvimento; (iii) múltiplas e persistentes desigualdades a nível nacional. Como resultado destas definições, encontra-se uma sociedade extremamente heterogénea quanto à variação da condição material de existência, o que cria uma distância grande entre a realidade objetiva de cada classe social (Ribeiro, 2017).

Em meio à sua construção de tipos ideais weberiano, solidamente suportados por uma indispensável e robusta teorização, Cardoso e Faletto (1960) deixam evidentes dois aspetos problemáticos sobre a forma de desenvolvimento no contexto da relação centro-periferia. A primeira é presente no tipo ideal dos autônomos subdesenvolvidos (não-periféricos), referentes aos Estados do antigo bloco socialista, e que defendem a possibilidade do rompimento da dominação da relação de espoliação centro-periferia através de uma revolução socialista.

A segunda assume que permanecer como dependente na relação centro-periferia poderia, ainda que limitadamente, dar margem ao desenvolvimento, o que culminaria, através de políticas desenvolvimentistas/keynesianas, na transição de um Estado dependente subdesenvolvido (periférico) para um Estado dependente desenvolvido (periférico). Tal viragem jamais se concretizaria na transição de um Estado periférico

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

em Central, mas possibilitaria uma melhora da condição material de existência dos cidadãos (Cardoso e Faletto, 1969).

Já na percepção de Florestan Fernandes (2009; 2011) a conciliação de classes assente no cerne da teoria desenvolvimentista e keynesiana seria impossível, o que problematiza a proposta desenvolvimentista de Cardoso e Faletto. Fernandes (2009; 2011) argumenta que no primeiro momento de crise a ‘lealdade’ da burguesia nacional estaria com a burguesia internacional e junto aos interesses nacionais e da classe trabalhadora. Assim sendo, a margem de desenvolvimento percebida por Cardoso e Faletto (1969) seria possível, contudo extremamente frágil aos ventos do mercado global, em cujo âmbito uma simples crise poderia destruir o que se demorou anos para ser conquistado pela conciliação de classes<sup>3</sup>.

Segundo Fernandes (2011: 31), a impossibilidade de se desenvolver dentro da lógica do capitalismo dependente se dá justamente pela associação da burguesia em momento de crise, pois o essencial para a burguesia nacional seria sempre “continuar a ter as ‘vantagens comparativas’ da associação com as nações capitalistas centrais [...]”. O outro aspeto que demarca o capitalismo dependente é um estado autocrático, travestido de democrático, “pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente” (Ibidem, 2011:77).

Sobre a relação da burguesia nacional e internacional, Fernandes completa:

“A questão não está [...] em distinguir entre uma ‘burguesia nacional’, agente do nacionalismo económico, e uma ‘burguesia internacional’, agente direto do imperialismo encarando-se a primeira como um mal menor necessário. As qualificações propostas são inconsistentes; e o problema não é que existam duas ‘burguesias’, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta, graça as quais interesses burgueses internos e externos se fundem, funcionando estrutural e dinamicamente, de forma independente articulada. Esta associação [...] preserva e legitima um padrão de mudança social que continuamente reorganiza a dependência, a espoliação, a miséria e as iniquidades sociais [...]. (Fernandes, 2009: 141).

Conclui-se que o conceito de capitalismo dependente assume a impossibilidade de superar o subdesenvolvimento através única e exclusivamente da aceleração do

crescimento económico, e enfatiza o papel que o sistema de classes tem na dinamização do desenvolvimento (Fernandes, 1980).

Partindo deste conceito (Fernandes 2009; 2011), podemos discutir a viabilidade da União Europeia como ferramenta de fomento ao desenvolvimento de seus Estados membros, com especial atenção às relações centro-periferia na zona euro. Atualmente, segundo Baptista (1994), podemos observar uma clara divisão dentro da União Europeia entre estados assistidos, de desenvolvimento mais atrasado e dependentes de repasses da organização supranacional para manter o funcionamento burocrático, e Estados produtores, países de desenvolvimento económico avançado, pouco dependentes de repasses da União, com vantagem comparativa nas trocas comerciais do bloco e pouco afetados no comércio internacional pelo valor elevado do Euro.

Essa linha de raciocínio vai de encontro às colocações de Fernandes (2009, 2011) sobre a centralidade, no contexto do capitalismo dependente, das disputas e conciliação das classes sociais. Uma vez que ausentes mecanismos de política monetária, a ideologia dominante do bloco europeu exerce pressão nos salários dos trabalhadores como forma de compensar as desvantagens comparativas para com outros Estados do bloco.

No capitalismo dependente, a reprodução da apropriação e exploração, inerentes ao capitalismo, não são o suficiente. Esta forma mais específica, conceptualizada por Fernandes, depende da sobreapropriação e superexploração do trabalho e recursos naturais para suprir a expropriação da burguesia nacional e da burguesia internacional (Limoeiro-Cardoso, 1995).

O desenvolvimento industrial é condicionado por flutuações na balança de pagamentos, que devido às próprias relações de dependência conduz a déficits constantes. Podemos definir cinco causas interligadas que alimentam os déficits:

- (i) a redução dos preços das matérias-primas em comparação com os preços dos produtos industriais, com cada vez mais complexidade tecnológica agregada. Isso ocorre dada a condição altamente monopolizada do mercado internacional que rege as relações comerciais (dos Santos, 2011: 10 - 11);
- (ii) o fluxo de capitais altamente desfavorável aos países dependentes, pois os países centrais “controlam os setores mais dinâmicos da economia e repatriam um grande volume dos lucros (...). Os dados revelam que o volume de capital que deixam os países [dependentes] é muito maior do que o que entra” (Ibidem). A consequência é uma relação de fluxo de capitais que funciona como uma âncora

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

contra o real desenvolvimento dos países dependentes (dos Santos, 2011: 10 - 11);

(iii) os países dependentes passam a necessitar de financiamentos estrangeiros tanto para cobrir o déficit, como para financiar projetos de “desenvolvimento” (dos Santos, 2011). No caso da União Europeia, a materialização desta causa está na relação de todos os Estados assistidos com os Estados produtores (Baptista, 1994);

(iv) os sucessivos ingressos de capital, que segundo as correntes neoclássica e neoliberal deveriam beneficiar os países em desenvolvimento, acabam prejudicando este desenvolvimento. Tais investimentos provocam a substituição da poupança interna pela poupança externa, aumentando um pouco a taxa de investimento, mas causando um aumento substancial do endividamento externo do país. Está dada a condição para um aprofundamento da crise na balança de pagamentos (Bresser-Pereira, 2016: 151);

(v) esse contexto geralmente vem acompanhado de uma crônica sobrevalorização da taxa de câmbio que, se mantida por períodos relativamente longos, pode levar ao aumento da dívida externa para níveis insustentáveis e levar a um quadro igualmente crônico de desindustrialização pela perda da competitividade do setor industrial no mercado global (Bresser-Pereira, 2016).

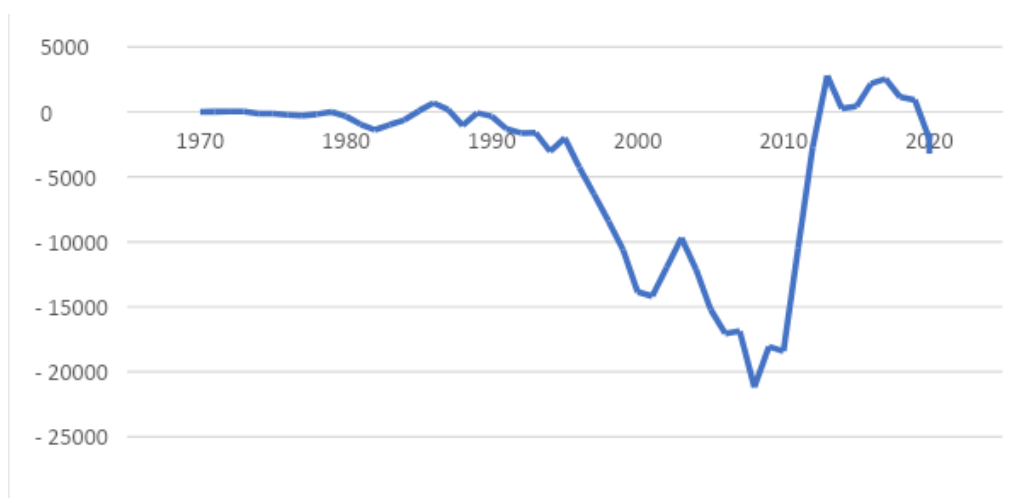
Vale ressaltar que, no caso português, o Euro como uma moeda a nível global acaba desempenhando um papel de sobrevalorização da taxa de câmbio, o que dificulta muito as políticas públicas de reindustrialização portuguesas. A impossibilidade de o Estado português realizar políticas monetárias representa um outro forte golpe na possibilidade de reindustrialização.

A perspetiva teórica da dependência apresenta um quadro no qual a taxa de câmbio e as políticas monetárias são essenciais para manter o equilíbrio da balança de pagamentos e, conseqüentemente, o desenvolvimento tecnológico e industrial (Bresser-Pereira, 2019). Desta forma, coloca-se em discussão a funcionalidade do livre-câmbio e sua relação com o contexto do desenvolvimento desigual e combinado (dos Santos, 2011; Leite, 2020).

Já no seio da teoria do desenvolvimento (Furtado, 2007, 1981; Tavares, 1972), observamos a importância do papel da indústria e das políticas públicas estatais de fomento e proteção na manutenção das condições socioeconómicas. É precisamente

peelo fato da capacidade de investimento do Estado ser condicionada pelas flutuações na balança de pagamentos que se fazem necessárias políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial. Uma indústria desenvolvida elevará a capacidade de investimento em políticas sociais e de transição para uma economia produtiva verde. Noutras palavras, quanto mais saudável a balança de pagamentos, mais recursos haverá para alocação no desenvolvimento tecnológico e na transformação das indústrias poluentes em indústrias verdes.

**Gráfico 1 – Balança de pagamentos portuguesa – período de 1970 a 2022**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos no portal PORDATA

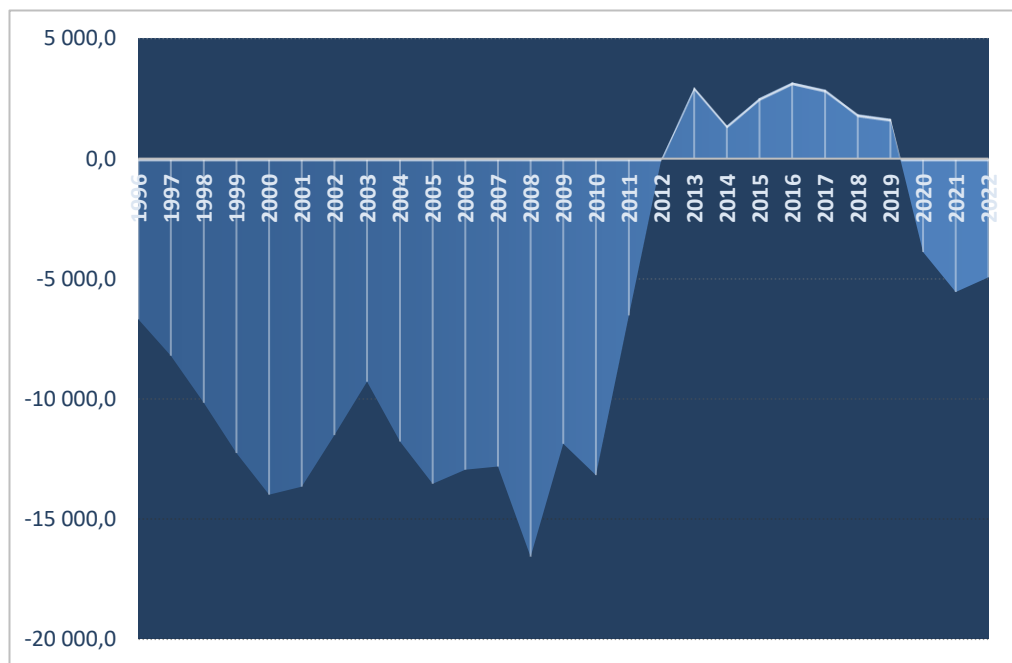
Com a entrada na zona do mercado comum em 1993, a balança de pagamento portuguesa sofre uma brusca queda, que só apresenta recuperação no período de retração da economia e comércio global a partir da crise do *subprime* de 2007 (Ribeiro, 2017). Este período de austeridade empobreceu a população de tal forma que inibiu até o consumo de bens considerados básicos. Desta forma, os números positivos refletem muito mais a dor do povo português do que a alegria de uma economia nacional forte.

As particularidades e retrocessos comerciais da crise pandémica da COVID-19, iniciada no final de 2019, impossibilitam uma análise mais contundente da atual situação. Porém, a partir de 2020 já é observável um retorno à condição deficitária da balança de pagamentos portuguesa. Vale ressaltar a importância da indústria têxtil<sup>4</sup> durante a crise pandémica que se inicia em 2020. Apesar de uma resposta inicial lenta e do atraso nos incentivos económicos por parte do Estado português, este segmento foi eficiente ao converter sua capacidade para a produção de equipamentos de proteção individual dos profissionais de saúde. Fica demonstrado assim que, para além da

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

vantagem económica anteriormente debatida, uma indústria forte desempenha ainda um papel político-estratégico.

**Gráfico 2 – Saldo da balança comercial**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos no portal PORDATA

A condição do saldo da balança comercial portuguesa reforça as colocações acima expostas. De 1996 até 2022, a economia portuguesa só apresentou resultados positivos durante o período de retração da economia mundial, este ainda um efeito da crise do *subprime* de 2007 (Ribeiro, 2017).

Diante desta breve contextualização, resta claro que a análise historiográfica do desenvolvimento português exerce importante papel de suporte na construção de um debate fundamentado sobre os processos ligados à indústria, suas consequências e desdobramentos.

### **3. A disputa entre a modernidade e o conservadorismo rural: a condição interna do desenvolvimento**

Como já foi discutido, a posição de Portugal no sistema mundial moderno e da economia mundo capitalista pode ser definido como dependente desenvolvido, o que enquadra o país como periférico com certo grau de desenvolvimento. Tal condição permaneceu estável no percurso histórico do sistema mundial, tanto em sua condição

dentro do sistema, quanto no seu tipo de interação subordinada aos diversos Estados que ao longo do tempo se reservaram na condição hegemónica.

A Primeira República portuguesa (1911 – 1926) ficou marcada como um período de crise do Liberalismo clássico (Pinto *et al.*, 2019) e pelo caráter modernizador, o que inevitavelmente gerou conflitos entre a igreja católica e o Governo. A Primeira República surge em um período internacional conturbado que viu a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), a vitória da revolução Russa (1917) que fundou o primeiro Estado comunista, e a ascensão do movimento fascista em diversos países europeus com início na década de 20 (Costa *et al.*, 2010).

A discussão sobre o desenvolvimentismo proveniente do pensamento modernista da Primeira República assenta em dois pontos: (i) o evidente processo de substituição de importações (Tavares, 1972) que ocorreu nos anos da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e disrupção do mercado produtivo global em consequência do conflito<sup>5</sup> (ii) as políticas de desenvolvimento que os comissários<sup>6</sup> defendiam para as colónias.

Analisando as despesas das colónias portuguesas de 1911 a 1975 observa-se que, mesmo com o aumento das verbas durante a Primeira República, os investimentos do Estado nas colónias foram predominantemente de caráter militar. A exceção a essa tendência se verifica entre 1921 e 1928, período em que as políticas desenvolvimentistas dos altos-comissários perseguiram o desenvolvimento e modernização produtiva dos territórios coloniais, com o objetivo de criar uma maior coesão entre os territórios do império (Ferreira e Pedras, 1988).

Vale ressaltar que o desenvolvimentismo do período não se expressou da mesma forma que nos países da América do Sul. A condição colonial não era questionada e a proposta de desenvolvimento perpetuava a condição espoliadora na relação metrópole-colónia. A inovação era o imaginário de que ao desenvolver as forças produtivas de tais regiões se criaria um sentido de unidade entre a metrópole e as colónias, fortalecendo, desta forma, seus laços (Marques, 1979). Entretanto, vale ressaltar a dinâmica modernista da proposta, sobretudo quando comparada com a relação arcaica entre a metrópole e as colónias durante o fascismo de Salazar (Ribeiro, 2017).

A Tabela 1 exhibe o impacto da substituição de importações no crescimento do número de trabalhadores empregados diretamente no setor industrial.

**Tabela 1 – Número de trabalhadores no setor industrial (1911-1925), por circunscrição**

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

Anos	1 <sup>a</sup> circuns- crição	2 <sup>a</sup> circuns- crição	3 <sup>a</sup> circuns- crição	4 <sup>a</sup> circuns- crição	5 <sup>a</sup> circuns- crição	6 <sup>a</sup> circuns- crição	7 <sup>a</sup> circuns- crição	Total
1911	31643	14370	40000 ~	6000 ~	5473	3200 ~	X	100686
1912	31663	14756	44698	6000 ~	5732	3547	X	106396
1913	34147	14858	49290	6500 ~	6663	3600	X	114058
1914	34568	14907	54756	7000 ~	5495	3700	X	120435
1915	34736	14963	57000 ~	7500 ~	5936	3739	X	123877
1916	34003	16474	59243	...	...	...	6822	...
1917	33034	18015	66567	2144	10404	5969	6507	142557
1918	...	19883	...	...	...	...	...	...
1919	...	21793	...	...	...	...	...	...
1920	...	23484	...	...	...	...	...	...
1921	37124	24906	79071	3000 ~	11000 ~	6000 ~	8125	169226
1922	...	26631	82750	...	...	...	...	...
1923	...	36444	86957	5563	...	...	8660	...
1924	50000 ~	46059	90000 ~	11230	12000 ~	7000 ~	7277	217899
1925	...	51617	...	...	...	...	...	...

~ Números aproximados

*Divisão por circunscrições:*

*1º circunscrição - Distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança*

*2º circunscrição - Distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco*

*3º circunscrição - Até 1914-1915: distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Portalegre. Depois de 1915-1916: distritos Leiria, Santarém e Lisboa.*

*4º circunscrição - Até 1914-1915: distritos de Évora, Beja e Faro. Depois de 1915-1916: distritos de Portalegre e Évora, com parte do distrito de Lisboa a sul do Tejo (hoje distrito de Setúbal)*

*5º circunscrição - Até 1914-1915: distritos dos Açores. Depois de 1915-1916: distritos de Beja e Faro.*

*6º circunscrição - Até 1914-1915: distrito do Funchal. Depois de 1915-1916: distritos do Açores*

*7º circunscrição - Distrito do Funchal*

Fonte: Boletim do Trabalho Industrial dos anos de 1911 a 1925 (Marques, 1978: 209)

Mesmo com os dados incompletos apresentados durante os anos conturbados da Primeira República, é possível visualizar o crescimento constante da atividade laboral industrial dos anos 1911, com aceleração nos anos da substituição de importações causado pela grande guerra, até 1925. Isso significa, em termos sociológicos, tanto o crescimento do proletariado, quanto a consolidação e proliferação de uma burguesia industrial. Entretanto, a ideologia modernista da Primeira República portuguesa estava longe de ser hegemónica e as disputas políticas internas logo se tornaram incontornáveis (Ribeiro, 2017).

No contexto de disputa entre um Portugal plenamente modernizado e industrializado e um Portugal rural e conservador guiado pela igreja católica e a elite agrária, o manto da vitória recaiu sobre uma “política e ideologia ruralista, passadista e antidemocrática” (M. C. Silva, 2013: 162). Incapaz de dar resposta às crises internas e externas, a Primeira República sofreu um golpe de Estado, em 28 de Maio de 1926, aplicado por quadros das forças armadas. Por fim, em 1933 Oliveira Salazar assume o governo, fundando o Estado Novo e marcando a consolidação do fascismo em Portugal (Chilcote, 2014).

Assim se fundou o regime ditatorial e extremamente conservador, que durou de 1926 a 1974 e que só deu algum semblante modernista por meio do apoio à burguesia agroindustrial (M. C. Silva, 2013). As colónias também desempenhavam papel económico e político fundamental na sustentação da ideologia do Estado Novo. Eis umas das razões para as custosas guerras nas colónias que ceifaram as vidas de portugueses e africanos, sendo um dos estopins para a Revolução dos Cravos (Ribeiro, 2017).

A oposição a qualquer agenda desenvolvimentista é uma marca do regime salazarista. Tal afirmação encontra fundamento na perceção de Salazar de que os “monopólios industriais são prelúdio do socialismo, propugnando constantemente pela manutenção do carácter rural, corporativo da sociedade portuguesa” (M. C. Silva, 1989: 137). A aliança entre a igreja católica e o campesinato, especialmente o do Norte, garantiu a paz social amparada na mistificação do trabalho rural, valores do campo, da família e da religião católica (Ribeiro, 2017).

Partindo das palavras de Ribeiro (2017), evidencia-se também a dinâmica do trabalho precário que regia o projeto económico do Estado salazarista:

“Facultando ao patronato mão-de-obra abaixo do custo e pouco reivindicativa, esta dominação exercida sobre os trabalhadores beneficiou largamente da carência estrutural de trabalho, consequência direta do insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, situação que esteve na origem da emigração em massa de portugueses, sobretudo na década de 1960, sem, no entanto, obnubilar outras causas, como as relacionadas com a fuga à guerra colonial e à repressão política.” (Ribeiro, 2017: 173).

A partir da derrota do movimento modernista e desenvolvimentista da Primeira República, a precariedade do trabalho se mostrou uma constância na história moderna

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

portuguesa, pois o trabalho em Portugal atrelou-se majoritariamente a atividades económicas de menor valor agregado e dependentes de uma força de trabalho com menor formação.

A ideologia salazarista e sua idealização do rural e do conservadorismo católico fez dos operários e camponeses, em sua maioria, alheios às lutas políticas de classe e à mais valia retirada de seus trabalhos. Tal ideologia foi tão eficiente que a classe trabalhadora se distanciava de ideias socialistas e, até mesmo, desenvolvimentistas. Criou-se, desta forma, um operariado que reproduzia a forma submissa do campesinato tradicional (M. C. Silva, 1998).

Por fim, o Estado novo não resistiu às crises externas, iniciadas pelo primeiro choque do petróleo, e tampouco à crise interna exacerbada pela condução desastrosa da guerra colonial e pelas fragilidades produtivas causadas pela ideologia anti-modernista (Costa *et al.*, 2010).

A Revolução de Abril de 1974 veio finalmente terminar a ditadura salazarista e a guerra colonial, mas novas crises internas se estabeleceram e a união entre as forças políticas durou pouco tempo. Instaurou-se uma instabilidade no contexto externo, caótico pelos sucessivos choques de petróleo, e do contexto interno, que viu uma disputa entre o Partido Comunista Português e outros pequenos partidos de esquerda e direita – PSD e CDS – em aliança com o Partido Socialista. Nesta disputa entre as forças socialistas e conservadoras, esta segunda logrou-se vitoriosa (Ribeiro, 2017).

O país passou a recorrer ao FMI para solucionar as graves crises de balanço de pagamento, o que resultou em uma intervenção do FMI de 1982 a 1984, marcando este o período inicial do novo modelo de desenvolvimento português. Uma condução económica neoliberal aliou-se a um programa de desenvolvimento que buscava a associação com os países centrais concretizada na assinatura, em 1985, do tratado de adesão à União Europeia (Costa *et al.*, 2010).

Mário Soares é o fundador do modelo de desenvolvimento português contemporâneo que une o neoliberalismo a um projeto de desenvolvimento associado aos países centrais, através de uma aproximação aduaneira que necessitaria de um programa de transferências financeiras para desenvolver a cadeia produtiva nacional (Soares, 1976).

Na década de 1990 vimos que a suposta diminuição das diferenças entre os países mais ricos e pobres da União Europeia não ocorreu. O modelo de assistência europeu

não atingiu os objetivos previstos e apenas sustentou um modelo de dependência entre os Estados centrais e periféricos europeus (Lains, 2009).

A adesão ao Euro em 1999 piorou a situação, dando origem à chamada fase *slump*, um período de estagnação do crescimento económico que atinge seu cume em 2010 durante o auge da crise de dívida soberana (Ribeiro, 2017). A verdade é que a assistência dada aos estados periféricos não compensa a falta, notadamente em momentos de crise, de políticas monetárias.

Como consequência da crise da dívida soberana, causada pela crise do *subprime*, Portugal sofreu a interferência do Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu formando o período da troika. Vigente de 2011 a 2014, a troika forçou a população portuguesa a uma política de recessão económica causada por reformas estruturais para conter os gastos públicos (Ribeiro, 2017).

Neste contexto de recessão económica o país recorreu a segmentos de fácil implementação, que dependiam de trabalho com menor qualificação e menores salários. Aqui se destaca o turismo, segmento em que Portugal sempre apresentou alto valor comparativo devido às condições internas de baixo custo de vida relativo na Europa, mão-de-obra barata e temperaturas mais altas, dentre outras condições internas do país. O aumento do fluxo de pessoas e os novos trabalhadores do turismo e, conseqüentemente, a diminuição do desemprego, obviamente contribuíram de forma positiva na movimentação do mercado de consumo interno, o que criou uma condição anti-cíclica de recessão<sup>7</sup>.

A economia dependente do terceiro setor, em especial o turismo e o consumo associado, criou a condição para uma relativa rápida recuperação económica. Entretanto, tal recuperação encontra limites nos baixos salários atrelados ao setor turístico, aumento do custo de vida e alta precarização do mercado de trabalho português.

No momento, o país parece buscar o desenvolvimento de setores tecnológicos e industrial, como a bioeconomia azul, amparada na indústria azul<sup>8</sup>, como parte de uma política pública de reindustrialização<sup>9</sup>. A viabilidade deste plano ainda precisa ser acompanhada, pois a impossibilidade de execução de políticas monetárias faz o país depender apenas dos baixos salários para atrair empresas estrangeiras a se estabelecerem no território nacional, sendo que tais empresas podem escolher sair repentinamente caso identifiquem um território com melhor custo benefício para a realização de suas atividades.

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

Portugal faz parte do grupo de países com atrasos estruturais, e o contexto competitivo da moeda única e do bloco económico exacerbou os problemas produtivos internos. No contexto internacional, a tão sonhada aproximação e as assistências financeiras não resultaram no desenvolvimento nacional e nem na diminuição da diferença entre os Estados. Esta realidade cristalizada no pensamento de desenvolvimento europeu criou o contexto da divisão europeia entre estados assistidos e produtivos, contexto este que sobreviveu à crise do *subprime* de 2007 e seus efeitos perversos, à situação da classe trabalhadora precarizada em Portugal, à crise sanitária do COVID-19 e à instabilidade económica gerada pela invasão russa da Ucrânia em 2021.

### **Conclusão**

A teoria da dependência foi pensada no contexto latino-americano de desenvolvimento. Contudo, no contexto das condições de desenvolvimento dentro do mercado europeu, tal lente teórica pode oferecer um contributo eloquente para uma análise original e sistémica do processo de exploração de riqueza e trabalho fechado dentro do mercado único.

A União Europeia criou um modelo de exploração capitalista com características particulares geradas pelo contexto do mercado único. O modelo é brilhantemente sustentado pelo mecanismo de assistência a alguns Estados membros. A manutenção destes Estados assistidos se dá por meio destes repasses financeiros, que são insuficientes para o desenvolvimento destes Estados, mas são o suficiente para mitigar alguns efeitos socioeconómicos, manter a coesão e perpetuar este modelo de capitalismo dependente europeu. O mercado único funciona ao mesmo tempo como liberalização interna e barreira protecionista ao sistema produtivo dos Estados centrais europeus, principalmente alemão, por sua vantagem comparativa frente a alguns membros do mercado comum.

A doença portuguesa é, na verdade, uma doença compartilhada por todos os Estados periféricos da União Europeia, países estes que, diminuídos e acorrentados à condição de Estados assistidos (Baptista, 1994), demonstram a falha do atual modelo de desenvolvimento europeu e a necessidade de construção de um novo paradigma.

No caso português, o setor turístico foi incentivado como forma de aceleração da recuperação económica pós crise do *subprime*. A escolha do turismo se deu por

diferentes motivos socioeconómicos. Primeiro, tal setor representa um segmento económico que apresenta vantagens comparativas frente a outros Estados da União Europeia (preços baixos, clima mais ameno no inverno e ensolarado no verão, dentre outros). Outra característica desta atividade é o aumento do mercado consumidor interno que os fluxos de turistas podem criar ao longo do ano. Esta nova base consumidora ajudou a aquecer a economia portuguesa e influenciou diretamente a recuperação do setor de serviços e comércio.

Entretanto, o segmento turístico é composto por trabalho de pouca qualificação e, conseqüentemente, por salários mais baixos. Portugal encontra-se atualmente em um contexto de dependência do turismo e do terceiro setor, crescimento da precariedade do trabalhador português e de pouca margem para a diversificação económica.

Conclui-se assim pela necessidade de uma nova política nacional de desenvolvimento que rompa com a ilusão neoliberal de que a simples aproximação e profunda ligação mercantil aos países centrais europeus seria indutor suficiente do desenvolvimento. É também urgente a articulação política entre Estados-membros periféricos da União Europeia para exercer pressão por políticas públicas comunitárias de desenvolvimento.

Já para uma nova política nacional de desenvolvimento, as condições históricas, sociológicas e materiais particulares precisam ser consideradas. Contudo, em qualquer caso deverão partir das quatro condições objetivas do desenvolvimento, quais sejam: (i) condições de inserção no mercado global; (ii) condições de inserção no microcosmo do mercado comum europeu; (iii) os impactos da moeda única; e (iv) a condição interna e particular das realidades social, política e económica.

## Notas

<sup>1</sup> Através de dados disponíveis no Pordata, alguns impactos socioeconómicos da ‘eurificação’ da economia portuguesa podem ser observados:

- Litro da gasolina – de 86 cêntimos (172 escudos) em 2002 para 1,482 euro (300 escudos) em 2022;
- Transporte público em Lisboa – de 50 cêntimos (100 escudos) em 2002 para 1,40 euro (280 escudos) em 2022;
- Refeição em restaurante (média) – de 8,98 euros (1800 escudos) em 2002 para 15 euros (3000 escudos) em 2022;
- Salário-mínimo x rendimento médio das famílias – O salário-mínimo aumentou de 348 (69.770 Escudos) em 2002 para 665 Euros em 2022. Entretanto, no mesmo período, o rendimento médio das famílias aumentou pouco mais de 7%, menos do que o aumento do custo de vida.

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

<sup>2</sup> Vale ressaltar que não será utilizado o conceito de semiperiferias, pois, como observado por Ribeiro (Ribeiro, 2017: 170), trata-se de um conceito que originalmente “caracterizava os estados que serviam de mediadores entre os centrais e a periferia, sendo utilizados pelos primeiros como um instrumento de dominação econômica e política sobre os segundos (Wallerstein, 1984: 7). Apesar de Soares (1976) atribuir ao país [Portugal] (...) a validade empírica do conceito é duvidosa, uma vez que desde há muito que a dominação da periferia pelos centrais dispensa largamente os países semiperiféricos.”.

<sup>3</sup> Observam-se assim duas vertentes da teoria da dependência. Por um lado, vemos Cardoso e Faletto (1969), representantes do pensamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiro - ISEB, em consonância com algumas posições desenvolvimentistas como de Furtado (2007; 1981), Tavares (1972) e outros intelectuais desenvolvimentistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. A corrente do ISEB observa que algum grau de desenvolvimento é possível mesmo dentro da relação sistêmica de espoliação da periferia pelo centro através do trabalho em conjunto com outros estados periféricos. Tal perspectiva não está distante da política brasileira sul-sul e de aproximação com a China e outros Estados do BRICS que norteiam a agenda brasileira desde 2003 (sendo o governo de Jair Bolsonaro, 2018 – 2022, a única quebra significativa) (Jabbour e Dantas, 2016; Jabbour e Gabriele, 2021).

Por outro lado, a vertente da teoria da dependência, conhecida como grupo de Brasília, acredita que não existe nenhuma possibilidade de desenvolvimento duradouro dentro do sistema capitalista, uma vez que qualquer crise sistêmica veria o aumento da espoliação dos países periféricos pelos países centrais. Desta forma, o desenvolvimento duradouro só seria possível através de uma revolução para romper com o sistema. Dentre os maiores expoentes do grupo de Brasília podemos citar Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra (Bresser-Pereira, 1982).

Dentro desta disputa, ressalva-se as posições de Furtado e Tavares, que defendiam as políticas e posições desenvolvimentistas, mesmo assumindo que no longo prazo seria impossível ascender para além da condição periférica. Entretanto, ao aplicar políticas desenvolvimentistas, em contraponto as políticas neoliberais, seria possível garantir uma melhora na condição material de existência do povo, amenizando, desta forma, o sofrimento dos mais pobres (Cepêda e Pinto, 2021; Bresser-Pereira, 1982).

<sup>4</sup> <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=producao-nacional-de-equipamentos-de-protecao-e-ventiladores-comeca-nas-proximas-semanas>

<https://www.publico.pt/2020/04/07/ciencia/noticia/200-empresas-textil-disponiveis-produzir-mascaras-portugal-1910771>

<sup>5</sup> A exportação industrial portuguesa passou de 3.311 contos, em 1914, para 10.202 contos em 1918. Olhando para o segmento da indústria têxtil, motor do desenvolvimento industrial e um dos segmentos mais importantes na revolução industrial, Portugal saltou de 1142 contos em 1914, para 4818 em 1918. Tais dados demonstram a rápida industrialização e ganho de vantagem comparativa do produto industrial português no mercado internacional, apoiada pela destruição deixada pela Grande Guerra em economias centrais como Alemanha e a dissolução do Império Austro-Húngaro (Marques, 1978).

<sup>6</sup> É essencial salientar a importância do discurso em defesa do desenvolvimento de Moçambique do Comissário-Régio António Ennes em Moçambique (1895-1896). Seu projeto desenvolvimentista, que fez a colônia ultrapassar Angola em produção, perpetuou o seu pensamento influenciando a visão desenvolvimentista dos comissários das décadas finais da Primeira República (Ferreira e Pedra, 1988).

<sup>7</sup> <https://eco.sapo.pt/2021/04/06/a-economia-portuguesa-antes-durante-e-depois-da-troika-e-agora-com-a-pandemia/>

<sup>8</sup> A bioeconomia azul e indústria azul amparam-se em empreendimentos produtivos que buscam utilizar os recursos naturais marinhos, de forma sustentável, em diversas indústrias. Dentre elas podemos citar a indústria têxtil, geração de energia, alimentos, dentre outras (XXIII Governo Constitucional, 2020).

<sup>9</sup> Um dos pontos mais preponderantes da proposta de reindustrialização do governo português é a criação de um hub de atração de investimentos estrangeiros voltados para a bioeconomia azul (XXIII Governo Constitucional, 2020: p. 95).

\*Este trabalho foi redigido conforme o novo acordo ortográfico.



#### 4. Bibliografia

- Aguiar-Contraria, L.; Alexandre, F.; Pinho, M. (2012) O Euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual. *Análise Social* 203, XLVII(2), 298-321.
- Bresser-Pereira, L. C. (2021) *A construção política e econômica do Brasil: A sociedade, economia e Estado desde a independência*, São Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, L.C. (2016) Modelo de Estado Desenvolvimentista. *Working Paper São Paulo School of Economics* Texto para discussão 412, Fevereiro nº 1.
- \_\_\_\_\_. (2019) From classical developmentalism and post-Keynesian macroeconomics to new developmentalism. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 39, nº2 (155), pp. 187-210, April-June.
- \_\_\_\_\_. (1982) Seis interpretações sobre o Brasil, *Revista de Ciências Sociais*. 5(3), 269-306.
- Bresser-Pereira, L.C.; Marconi, N. (2010) *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Bresser-Pereira, L C; Jabbour, E; Paula, L. (2020) O catching-up da Coreia do Sul e da China: uma análise desenvolvimentista, *Brazilian Journal of Political Economy*, 40 (2). Apr-Jun.
- Cardoso, F H; Faletto, E. (1969) *Dependencia y desarrollo en América Latina*, Ciudad de México: Siglo XXI.
- Cepêda, V; Pinto, G. L. H. (2021). A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*, n, 78, p, 135-155.
- Chilcote, R. (2014) *A revolução portuguesa: estado e classes sociais na transição para a democracia*. Porto, Afrontamento.
- Costa, J.; Fazenda L.; Honório C.; Louçã F. e Rosas F. (2010). *Os donos de Portugal: cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto, Afrontamento.
- dos Santos, T. (2011). A estrutura da dependência. *Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, nº30
- \_\_\_\_\_. (1993). *Economia mundial integração regional e desenvolvimento sustentado*, Petrópolis: Vozes.

- \_\_\_\_\_. (1970) La crise de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia em América Latina, in: Jaguaribe, E. (1970) *La dependencia política-económica de América Latina*, Ciudad de México: SigloXXI.
- Fernandes, F. (2009) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo, Editora Global.
- \_\_\_\_\_. (2011) *Brasil em compasso de espera*. Pequenos Escritos Políticos. São Paulo, HUCITEC.
- Ferreira, L; Pedra, C. (1988). Despesas coloniais do Estado português. *Revista de História Económica e Social*, nº24, pp. 89-103.
- Frank, A G. (1969) *Latin America: Underdevelopment or revolution*, New York: Monthly Review Press.
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1981). *O Brasil Pós-“Milagre”*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- Grault, T. (2023). *Delenda est Carthago: neoliberalismo, islã político e extrema-direita no contexto tunisiano*. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/84419>
- Grault, T; Ribeiro, F. B.; Salcedo, G. (2021) Sistema-mundo, islão político e a questão de desenvolvimento no Maghrib: O caso da Tunísia, in: Associação Portuguesa de Sociologia. (2021) *Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismo num mundo efervescente. Atas do XI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Editora Associação Portuguesa de Sociologia.
- Jabbour, E; Dantas, A. (2016). Estratégia e comércio internacional: a importância da China ao Brasil. *Século XXI*, V.7, nº1.
- Jabbour, E; Gabriele, A. (2021) *China: o socialismo do século XXI*, São Paulo: Boitempo.
- Lains, P. (2009) “Introdução” in Pedro Lains, *Sem fronteiras: os novos horizontes da economia portuguesa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 19-29.
- Leite, I. (2020). Thêotónio dos Santos: Legado e atualidade no campo das ciências sociais latino americanas (a propósito das onze teses sobre a herança neoliberal). *Configurações*, 25, 170-182.
- Limoeiro-Cardoso, M. (1995) *Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Da “doença holandesa” à “doença portuguesa”: um olhar da sociologia do desenvolvimento sobre a desindustrialização portuguesa, precarização do trabalho e o peso do turismo e serviços na economia

- Maringoni, G. (2021) Introdução: O eterno retorno daquele que nunca saiu de cena, in: Maringoni, G. (Org). (2021) *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque*, São Paulo, Editora Contracorrente.
- Marques, A. (1978) *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Oomes, N.; Kalcheva, K. (2007) Diagnosing Dutch Disease: Does Russia have the Symptoms? *BOFIT Discussion Paper*, nº 7.
- Oreiro, J.; Feijó, C. (2010) Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, 30(2).
- Pinto, A. C.; Monteiro, N.; Branco, R.; Fernandes, P.; Reis, B. (2019) *História Política Contemporânea: Portugal 1808-2000*. Lisboa, Fundação Mapfre e Peguin Random House Grupo Editorial Unipessoal.
- Prebisch, R. (1950) Crecimiento, desequilíbrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico. *Estudio económico de América Latina*, E/CN.12/164/Rev.1, pp. 3-89.
- Ribeiro, F. B. (2017) *Uma Sociologia do Desenvolvimento*, V. N. Famalicão, Edições Humús.
- Santos, B. S. (2005) A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº72.
- \_\_\_\_\_. (1994) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (1993) O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso Português, in: Santos, B de S. (Org) *Portugal: um retrato singular*, Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, M.C. (2013) “Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal”, in *Revista Española de Sociología*, vol. 19: 153-168.
- Silva, M. C. (1998) *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.
- Silva, M. C. (1989) Economia, campesinato e ‘Estado Novo’, *Ler História*, nº 15, 111-155.
- Silva, M.C.; Cardoso, A. (2014) Unequal development in Barcelos northwest Portugal: articulation of the central-peripheral model with the territorialist model. *Ambientey Desarrollo*, 19(36).

Soares, M. (1976) *A Europa conosco*. Lisboa, Perspectivas & Realidades.

Tavares, M.C. (1972) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar,  
Rio de Janeiro.

Wallerstein, I. (1984) *The politics of the world-economy*. Cambridge, Cambridge  
University Press.

XXIII Governo Constitucional. (2022) *Programa do XXIII Governo Constitucional*,  
Lisboa: XXIII Governo Constitucional.